

**PARECER DA CCJ E COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE REFERENTE AO PROJETO
DE LEI Nº 35/2025.**

EMENTA: Análise de constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa da Emenda Substitutiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 35/2025, que institui o Programa "Banco de Ração e Utensílios para Animais" no Município de Sarzedo. Avaliação da competência legislativa municipal, iniciativa legislativa, compatibilidade com princípios constitucionais, inexistência de vício formal ou material, inexistência de criação de despesa pública direta e observância da técnica legislativa conforme a Lei Complementar nº 95/1998.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise do Projeto de Lei nº 35/2025, e a Emenda Substitutiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 35/2025, que visa instituir o Programa "Banco de Ração e Utensílios para Animais" no âmbito do Município de Sarzedo/MG.

Lido em Plenário no dia 08 de maio de 2025, durante a 9ª Reunião Ordinária de 2025 da 1ª Sessão Legislativa da 8ª Legislatura, o projeto foi remetido à Sala das Comissões.

A propositura foi submetida a estas Comissões para análise quanto à constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1. Competência Legislativa

Nos termos do artigo 30, incisos I e II, da Constituição Federal, compete aos Municípios legislar sobre assuntos de interesse local e suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.

Tais dispositivos asseguram aos entes municipais a autonomia para regulamentar matérias que digam respeito diretamente à sua realidade social, ambiental e administrativa, o que inclui, entre outras competências, a instituição de programas voltados à proteção animal, ao bem-estar coletivo e à assistência socioeconômica de grupos vulneráveis.

A matéria ora tratada insere-se no campo do interesse local e da proteção à saúde pública, ao bem-estar animal e à assistência social municipal.

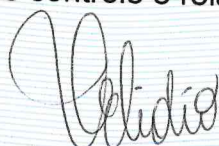
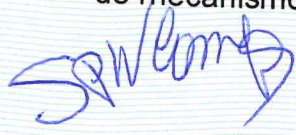
No presente caso, a proposição não cria cargos, não institui programas orçamentários, nem impõe obrigações operacionais imediatas ao Executivo com impacto financeiro. O art. 4º, parágrafo único, inclusive, explicita que o programa ocorrerá "sem ônus para o erário, com base exclusivamente em doações espontâneas e parcerias institucionais".

Assim, a emenda em exame não invade competência reservada ao Prefeito, tampouco cria despesa pública, o que afasta a incidência do vício de iniciativa.

2.1. Análise da Emenda Substitutiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 35/2025

A Emenda Substitutiva nº 01 ao Projeto de Lei nº 35/2025 apresenta um conjunto normativo voltado à criação do Programa "Banco de Ração e Utensílios para Animais" no âmbito do Município de Sarzedo. De forma geral, a emenda possui estrutura legislativa coerente, respeitando os limites da competência municipal e da boa técnica normativa.

A redação também inova ao reforçar a transparência dos atos administrativos, determinando a publicidade dos procedimentos de triagem e distribuição, e a criação de mecanismos de controle e relatórios.



Importa destacar que a proposição não estabelece qualquer obrigação de repasse financeiro, tampouco cria novos cargos, funções ou despesas obrigatórias para o Poder Executivo, limitando-se a instituir diretrizes programáticas que deverão ser regulamentadas por ato infralegal posterior. Assim, não há vício de iniciativa, tampouco afronta à autonomia administrativa do Executivo, preservando-se o princípio da separação dos poderes.

Em suma, a emenda substitutiva apresenta estrutura compatível com a técnica legislativa exigida pela Lei Complementar nº 95/1998, sem qualquer violação a preceitos constitucionais formais ou materiais.

3. CONCLUSÃO

Este parecer conclui pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei n.º 35/2025 com a respectiva emenda substitutiva proposta.

Sala das Comissões Franklin Landi, em 10 de junho de 2025.



Rafael Souza Parreira dos Chagas
Presidente da CCJ



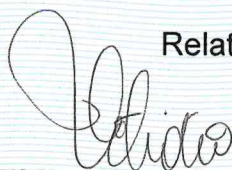
Geovania Aparecida Fernandes dos Santos
Relatora da CCJ e Presidente da C. de Meio Ambiente



Sara Paula do Nascimento Campos
Membra da CCJ



Leandro Antônio de Castro
Relator da C. de Meio Ambiente



Vitor Elídio Vespasiano Silva
Membro da C. de Meio Ambiente